## 6ª Reunião da Rede das Ciências da Saúde da Lusofonia – 6ª rRACS Niterói, 28 a 30 de agosto de 2024 Universidade Federal Fluminense

Relato de Pesquisa

Eixo transversal: Epidemiologia e determinantes sociais do processo saúde e doença.

## PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES COM SÍFILIS CONGÊNITA E SÍFILIS GESTANTE EM NITERÓI ENTRE OS ANOS DE 2018 E 2022.

Maria Eduarda de Lima Silva Santos<sup>1</sup>, Fernanda Barboza Arruda Farinha<sup>1</sup>, <u>Quezia Marques Rodrigues</u><sup>1</sup> Felipe Guimarães Tavares<sup>2</sup>

## **RESUMO**

Introdução: A sífilis é uma infecção causada pelo *Treponema pallidum* e é transmitida predominantemente pelo contato sexual. Contudo, outra forma de transmissão é a vertical, isto é, que ocorre de forma transplacentária, quando a gestante portadora de sífilis não é tratada ou quando realiza o tratamento de maneira inadequada. (Ministério da Saúde, 2016) Estima-se que a sífilis ocorra em cerca de um milhão de gestações pelo mundo, tendo como resultado mais de 350.000 desfechos adversos na gravidez, em que mais de 200.000 foram natimortos ou óbitos neonatais (OMS, 2017). Em 2018, no Brasil, a taxa de detecção de sífilis em gestantes foi de 21,4/1000 nascidos vivos, a taxa de incidência de sífilis congênita foi de 9,0/1.000 nascidos vivos e taxa de mortalidade por sífilis congênita foi de 8,2/100.000 casos (citação). **Objetivo:** Descrever os casos de sífilis gestacional e congênita entre os residentes de Niterói notificados ao SINAN no período entre 2018 e 2022. **Método:** trata-se de um estudo epidemiológico de recorte ecológico, no qual foram avaliados os casos de sífilis gestacional e sífilis congênita entre residentes do município de Niterói (RJ), notificados ao SINAN no período de estudo 2018 a 2022 a partir dos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e do

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Acadêmicas de Enfermagem da Universidade Federal Fluminense (EEAAC/UFF)

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup>Professor Adjunto do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal Fluminense (ISC/UFF)

Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC). Para tanto, foram utilizadas as variáveis idade, escolaridade, raça/cor, pré-natal, diagnóstico de sífilis. **Resultados:** Entre 2018 e 2022, foram notificados 990 casos de sífilis em gestantes, passando de 185 casos (18,6%) no ano de 2018 para 215 casos (21,7%) em 2022. Observou-se uma maior prevalência de casos clínicos classificados como latente com 88,4%. Observando o perfil sociodemográfico das gestantes, foi verificada uma maior ocorrência da doença em mulheres pardas (45%), entre a faixa etária de 20 a 39 anos (74%) e com ensino médio incompleto (18%). Dentre os nascidos vivos, 27.987 nasceram de mães que fizeram o pré-natal. A taxa de incidência de sífilis gestacional variou de 34,7/1000 nascidos vivos a 64,4/1000 nascidos vivos entre os anos de 2018 e 2022, respectivamente. Nas categorias de quantidade de consultas, observou-se taxas muito baixas nos casos de 1-3 consultas e 4-6 consultas, relatando 3,06% e 14,5% respectivamente. Entretanto, a taxa para 7 ou mais consultas apresentou-se alta com 80,9%. Para a sífilis congênita, foram registrados 525 casos, com maior ocorrência nos anos de 2020 e 2021, com 137 casos (23,9/1000 nascidos vivos) e 130 casos (24,2/1000 nascidos vivos) respectivamente. Também, dos 525 casos notificados de sífilis congênita nessa época, observa-se que 69,7% dos seus parceiros não foram tratados. Observando a raça/cor das crianças durante os anos analisados, percebe-se que em 2018 a população Parda representou 58% dos casos de sífilis, em contrapartida nesse mesmo ano a população branca representou apenas 10%. No período analisado, a população parda obteve-se com maior proporção dos casos de sífilis durante todos os anos. A maior parte dos diagnósticos foram realizados até o 6º dia de vida (97,9%). Ademais, os restantes das faixas etárias apresentaram poucos (1 a 2 casos) ou nenhum caso durante os anos estudados. Considerações Finais: Este estudo mostra o aumento dos casos de sífilis gestacional e congênita em Niterói entre 2018 e 2022, destacando a necessidade de diagnóstico precoce e tratamento adequado. As elevadas taxas de transmissão vertical entre mulheres pardas e de menor escolaridade apontam para a urgência de políticas públicas mais eficazes no acesso ao pré-natal e na prevenção da sífilis.

Palavras-chave: Sífilis congênita; Sífilis gestacional; Perfil epidemiológico.

## Referências:

- 1. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Global guidance on criteria and processes for validation: elimination of mother-to-child transmission of HIV and syphilis. 2nd ed. Geneva: World Health Organization, 2017. Disponível em: <a href="https://www.who.int">https://www.who.int</a>. Acesso em: 10 maio 2024. (Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO).
- 2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico. Número Especial. Out. 2019.
- 3. BRASIL. Ministério da Saúde. Manual técnico para diagnóstico da sífilis. 2016.
- 4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais. NOTA INFORMATIVA Nº 2- SEI/2017 DIAHV/SVS/MS.
- 5. BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 542 de 22 Dezembro de 1986. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 dez. 1986. Seção 1, p. 24234. Para efeitos de Aplicação da Lei Nº 6.259 de 30 de Outubro de 1975, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e dá outras providências, ficam incluídas na relação constante da Portaria Ministerial Nº 608Bsb, de 28 de Outubro de 1979, a SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA SIDA/AIDS e a SÍFILIS CONGÊNITA.
- 6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Portaria Nº 33, de 14 de Julho de 2005. Inclui doenças à relação de notificação compulsória, define agravos de notificação imediata e a relação dos resultados laboratoriais que devem ser notificados pelos Laboratórios de Referência Nacional ou Regional.
- 7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação Sinan. Disponível em: <a href="https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/">https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/</a>>. Acesso em: 10 mai 2024.
- 8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Informações e Análise Epidemiológica CGIAE. Sistema de Informações sobre Mortalidade SIM. Disponível em: <a href="https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/">https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/</a>. Acesso em: 10 mai 2024.

9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde - DASIS. Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC. Disponível em: <a href="https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/">https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/</a>. Acesso em: 10 mai 2024.